



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
5ª VARA CÍVEL
RUA SOURBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-970
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

SENTENÇA

Processo Digital nº: **1006828-58.2014.8.26.0566**
 Classe – Assunto: **Ação de Exigir Contas - Obrigação de Fazer / Não Fazer**
 Requerente: **Antonio Carlos Carvalho de Freitas**
 Requerido: **Banco Pecúnia S/A**

Justiça Gratuita

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Vilson Palaro Júnior**

Vistos.

ANTONIO CARLOS CARVALHO DE FREITAS, qualificado(s) na inicial, ajuizou(aram) ação de Ação de Exigir Contas em face de Banco Pecúnia S/A, alegando ter firmado com a ré contrato de financiamento em 16 de maio de 2011, desconhecendo o valor dos juros, taxas, amortizações e eventuais multas de mora, entendendo que os valores cobrados conteriam irregularidades, de modo que pretende, nos termos do que regulamentou o Conselho Monetário Nacional, determinando às instituições financeiras que forneçam documentos relativos a operações e a serviços prestados e neles empregue linguagem clara, requerendo seja cominada ao réu a obrigação de elaborar a apuração do valor exato da obrigação e de seu saldo devedor, por meio de planilha de cálculo que evidencie de modo claro, preciso e de fácil entendimento e compreensão, o valor principal da dívida, seus encargos e despesas contratuais, a parcela de juros e os critérios de sua incidência, a parcela correspondente a multas e demais penalidades previstas no contrato, sob pena de multa de R\$ 1.000,00 por dia de atraso.

A ação foi recebida como pedido de prestação de contas e o réu contestou o pedido sustentando litispendência desta demanda com ação idêntica em trâmite pela 4ª Vara Cível de São Carlos sob nº 1006486-47.2014.8.26.0566, com o mesmo objeto e a mesma causa de pedir; no mérito, asseverou que realmente firmou com o autor o contrato de financiamento nº.1001612733, em 16 de maio de 2011, no valor total de R\$ 13.676,40, negócio que já se encontra quitado, de modo que não haveria o que ser reclamado a título de abuso, concluindo assim pela improcedência da ação.

O autor replicou repetindo as teses já antes descritas na inicial.

Para análise da questão da litispendência, o feito foi instruído com certidão de objeto e pé da ação nº 1006486-47.2014.8.26.0566, em trâmite pela 4ª Vara Cível de São Carlos, devidamente instruída com cópia da petição inicial (fls. 239 e 248/266).

É o relatório.

Decido.

O pedido de “*obtenção de planilha de cálculo*”, na qual indicados “*o valor principal da dívida, seus encargos e despesas contratuais, a parcela de juros e os critérios de sua incidência, a parcela correspondente a multas e demais penalidades contratuais*” (sic.), conforme postulados pela autora, é, na verdade, pleito de prestação de contas.

Não se olvida que, segundo nominado pelo nobre procurador da autora, a presente ação seria *cautelar inominada com preceito cominatório*, o que, por si, já demonstra o grave equívoco técnico, uma vez que, a propósito da lição de HUMBERTO THEODORO JÚNIOR, “o



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

5ª VARA CÍVEL

RUA SOURBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-970

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

*poder instrumental manipulado pela parte na ação cautelar não assenta na pretensão material, que é objeto do processo chamado principal, mas na necessidade de garantir a estabilidade ou preservação de uma situação de fato e de direito sobre a qual vai incidir a prestação jurisdicional”*¹, interpretação da qual não diverge a que vem dando ao tema nossos tribunais, para os quais a tutela cautelar é “*uma atividade-meio, instrumental, destinada a garantir o sucesso da atividade principal. E desse modo entre a medida cautelar e a medida satisfativa estabelece-se uma relação de heterogeneidade, de forma que, no instante em que se opera a eficácia do provimento cognitivo ou executório, cessa a da medida cautelar*” (AI nº 948.015-3 - Terceira Câmara 1º TACSP – v. u. - LUIZ ANTONIO DE GODOY, Relator)².

Vê-se, portanto, que não é a *satisfação* do próprio interesse material o objeto de tutela mediante ação cautelar, mas tão somente a preservação de situação que permita auferir utilidade ou efetividade na tutela de mérito, a ser obtida através da ação principal, ou seja: não pode a ação cautelar ter intuito satisfativo.

Sob esse enfoque, o afirmado *preceito cominatório* nada mais é do que a prestação das contas e, portanto, a satisfação integral do interesse material da autora.

A presente ação, portanto, nada tem de cautelar.

E não se diga que o nome dado à presente ação possa ter criado qualquer tipo de cerceamento de defesa do réu, pois como se verá a seguir, a leitura da causa de pedir e do pedido deixam evidente todos os elementos de uma ação satisfativa, de prestação de contas, cumprindo, então, considerar a “*irrelevância do nome juris dado à ação, visto que atinge sua finalidade*” (AC nº 197.471-5/0-00 - Oitava Câmara. Dir. Público Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo - votação unânime - JOSÉ SANTANA, Relator³).

Analisada a demanda sob essa premissa, cumpre-nos rejeitar a preliminar de litispendência arguida pelo réu, pois a referida ação de nº 1006486-47.2014, que estaria gerando o pressuposto processual negativo reclamado pelo réu, tramita, perante a 4ª Vara Cível de São Carlos, e já foi julgada por sentença em 12 de setembro de 2014, conforme pode ser conferido pelo documento de fls. 260.

Os documentos juntados às fls. 248/259 mostram que trata-se de ação de exibição de documentos, pedido que, portanto, seria inferior àquele consignado nesta ação, que é o de prestar contas, de modo que, não verificada a identidade das demandas, rejeita-se o pleito do réu.

No mérito, a defesa do banco réu resume-se a afirmar a carência dos requisitos cautelares (*fumus boni juris* e *periculum in mora*), ao tempo que exhibe cópia do contrato, reclamando a dispensa da condenação na sucumbência.

Cumprido considerar, contudo, que a leitura da inicial, causa de pedir e pedido, indicam, como já exaustivamente analisado, se tratar de pedido de prestação de contas.

E não há, aqui, como se aplicar a presunção de veracidade reclamada pelo autor, a partir do disposto no *caput* do art. 302, do Código de Processo Civil, com o que, “*se o fato narrado pelo autor não é impugnado especificamente pelo réu de modo preciso, este fato, presumido verdadeiro, deixa de ser fato controvertido*” (cf. JOSÉ JOAQUIM CALMOM DE PASSOS⁴).

É que a questão controvertida é de direito, não de fato, e como se sabe, em tais casos, a presunção de veracidade “*não incide sobre o direito da parte, mas tão-somente quanto à matéria de fato*” (RSTJ 5/363; STJ-3ª Turma, REsp. 252.152-MG, rel. Min. Waldemar Zveiter,

¹ HUMBERTO THEODORO JÚNIOR, *Processo Cautelar*, Leud, SP, 1985, p. 70.

² LEX - JTACSP - Volume 187 - Página 84.

³ LEX - TJ-SP - 2004 - Volume 280 - Página 15.

⁴ JOSÉ JOAQUIM CALMOM DE PASSOS, *Comentários ao Código de Processo Civil*, Vol. III, 8ª ed., 2001, Forense-RJ, n. 197.2/3/4, p. 287.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

5ª VARA CÍVEL

RUA SOURBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-970

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

v.u.)”⁵.

Analizada a questão sob o tema de direito, cumpre lembrar que a ação de prestação de contas subdivide-se em duas fases distintas: *“nesta primeira fase, não se discute se a apelada é ou não credora de qualquer importância, mas, isto sim, se é ela credora ou não das contas. E, como há entre as partes a existência de relação jurídica, consubstanciada em casamento pelo regime da comunhão de bens, com posterior separação judicial e administração dos bens comuns pelo apelante, por óbvio que este é devedor das contas, pois a ação proposta, segundo ADROALDO FURTADO FABRÍCIO, “tem a finalidade de aclarar qual o estado, em determinado momento, das relações contrapostas de débito e crédito entre os interessados, de tal modo que só depois de prestados se saberá quem há de pagar e quem tem a receber” (“Comentários ao Código de Processo Civil”, t. III/387, vol. VIII).*

“Conclui-se, destarte, que a primeira fase da “ação de contas exigidas” (artigo 915 do Código de Processo Civil) envolve juízo de admissibilidade ou não da tutela jurisdicional invocada, posto que o Juiz profere sentença quanto à relação de direito substancial, isto é, quanto à obrigação de o réu prestar contas. Declara-o obrigado ou desobrigado (MOACYR AMARAL SANTOS, “Ações Cominatórias no Direito Brasileiro”, t. 2/444, n. 92).

“Admitida a obrigação, na segunda fase é que se aferirá se as contas estão ou não boas. “Na ação de prestação de contas, não há na segunda fase, sentença que julgue que foram boas e bem prestadas, ou não” (PONTES DE MIRANDA, ob. cit., pág. 123)” (Apelação Cível n. 42.212-4 - Terceira Câmara de Direito Privado do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo - v. u. - ANTONIO MANSSUR, Relator⁶).

No caso analisado, o réu atua como banco comercial, e nessas condições cumpre-lhe observar a obrigação de apresentar ao correntista ou contratante uma discriminação de todos os lançamentos e valores utilizados no cálculo do valor do contrato, de modo a possibilitar controle exato pelo tomador, valendo a tanto a jurisprudência: *“Prestação de contas - Primeira fase - Ajuizamento por correntista contra instituição bancária - Legitimidade confirmada - Súmula 259 do E. Superior Tribunal de Justiça - Inequívoca obrigação de o banco réu apresentar não somente sucintos extratos mensais, mas também a discriminação de todos os lançamentos efetuados na conta-corrente, de modo a possibilitar controle exato - Observância do disposto no artigo 917 do Código de Processo Civil - Jurisprudência consolidada - Apelação desprovida” (cf. Ap. nº 0004379-58.2011.8.26.0079 - 14ª Câmara de Direito Privado TJSP - 22/07/2014⁷).*

À vista dessas circunstâncias, acolhe-se o pedido para impor ao banco réu a obrigação de prestar as contas referentes ao Contrato de Financiamento nº 1001612733, datado de 16 de maio de 2011, no valor de R\$ 13.676,40, para pagamento em trinta e seis (36) prestações no valor de R\$ 379,90.

Havendo dever do banco réu em prestar as contas, fica acolhido o pedido.

Descabe, nesta fase do processo, a condenação na sucumbência, pois que não se sabe em favor de qual das partes haverá saldo (*vide decisão em RTJ 88/354, anotada por THEOTÔNIO NEGRÃO*⁸).

Isto posto, JULGO PROCEDENTE a presente demanda para o fim de determinar ao réu Banco Pecúnia S/A realize a devida prestação de contas à autora ANTONIO CARLOS

⁵ THEOTÔNIO NEGRÃO, *Código de Processo Civil e legislação processual civil em vigor*, 36ª ed., 2004, SP, Saraiva, p. 425, nota 8 ao art. 319.

⁶ LEX - JTJ - Volume 218 - Página 148

⁷ www.esaj.tjsp.jus.br.

⁸ THEOTÔNIO NEGRÃO, *ob. cit.*, p. 139, nota 4 ao art. 21.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
5ª VARA CÍVEL
RUA SOURBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-970
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

CARVALHO DE FREITAS, no prazo de quarenta e oito (48) horas, no que respeita o valor do Contrato de Financiamento nº 1001612733, datado de 16 de maio de 2011, no valor de R\$ 13.676,40, para pagamento em trinta e seis (36) prestações no valor de R\$ 379,90, através de demonstrativo de formato mercantil/contábil que demonstre o saldo devedor discriminando, o valor principal da dívida, seus encargos e despesas contratuais, a parcela de juros e os critérios de sua incidência, a parcela correspondente a multas e demais penalidades contratuais, até a presente data, sob pena de não lhe ser lícito impugnar as que o autor apresentar.

P. R. I.

São Carlos, 06 de julho de 2016.

Vilson Palaro Júnior
Juiz de Direito

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA